



VOZES QUE NÃO SE CALAM CONTRA O ASSÉDIO NA USP

O espaço universitário deveria ser o espaço da diversidade, da inclusão, do respeito e da paridade de gênero. No entanto, isso nunca foi uma realidade na Universidade de São Paulo. Sintonizadas com o debate contemporâneo nacional e internacional para a construção de universidades inclusivas e acolhedoras, que incorporem em suas estruturas institucionais os princípios da democracia, da justiça e da equidade, associações e coletivos de estudantes e servidoras e servidores docentes e técnico-administrativos da USP têm realizado, há décadas, diagnósticos sobre as ocorrências de desigualdades e violências de gênero no ambiente universitário. No entanto, apesar dos diagnósticos feitos, ainda não recebemos respostas suficientes para atender às necessidades que o problema nos impõe. As melhores universidades do mundo possuem programas de enfrentamento às violências, com políticas amplas e articuladas para combatê-las. Por que até hoje não foram implantados na Universidade de São Paulo?

O movimento VOZES QUE NÃO SE CALAM CONTRA O ASSÉDIO NA USP apresenta aqui um panorama da percepção da comunidade uspiana sobre assédio no ambiente acadêmico, principalmente, das propostas de medidas e políticas surgidas desses debates, concebidas para o enfrentamento da reprodução das desigualdades sociais no âmbito das relações institucionais acadêmicas, especificamente na USP, que afetam funcionárias, professoras e discentes. Enfatizamos dois dos problemas mais recorrentes no contexto de desigualdade em nossos espaços: o assédio moral e o assédio sexual.

O assédio moral afeta todas as mulheres que trabalham, estudam e pesquisam na universidade. O sexismo atua nas tentativas de nos diminuir, de nos desqualificar ou zombar e perseguir. Todas essas situações afetam a saúde física e mental das mulheres, trazendo prejuízos para sua vida pessoal, laboral e acadêmica. Funcionárias e docentes são afetadas de modos específicos pela falta de reposição de quadros e o aumento contínuo do volume de trabalho e de exigências que, no caso das funcionárias, pode envolver também desvio de função. A relação das estudantes de graduação e pós-graduação com seus professores e orientadores às vezes chega ao ponto de implicar em desistência e em situações que prejudicam seus estudos e pesquisas.

O assédio sexual está presente na comunidade uspiana de maneira generalizada, como demonstram as diversas pesquisas realizadas, dentre as quais mencionamos a Pesquisa Interações na USP, com resultados ainda a serem explorados e analisados. Por mais que grupos de docentes, pesquisadoras, alunas e funcionárias se manifestem recorrentemente por várias vias, não há atendimento imediato nem encaminhamento adequado dos casos. Vale enfatizar que essas agressões não podem seguir o mesmo protocolo de sindicâncias e processos administrativos comuns, que acabam por expor as vítimas e proteger os agressores. São inúmeros os relatos de que as denúncias feitas não levaram a ações concretas e que não há acolhimento por parte da universidade.

Em muitos casos, o infrator continuou circulando normalmente nos espaços, enquanto às vítimas foi recomendado que se afastassem. Reclusas e muitas vezes adoecidas, várias delas abandonaram a vida acadêmica ou profissional. É necessário que seja estabelecido um protocolo nítido e unificado para a USP, específico para assédios, a fim de orientar o enfrentamento aos casos de violência dentro da universidade, com o compromisso de que as investigações sejam levadas a sério e adiante.

Nosso compromisso é com o fim imediato do silêncio em relação às violências que acontecem por meio de assédio moral ou assédio sexual, pontuando o quanto essas violências se manifestam de formas distintas quando as vítimas também sofrem de discriminações por sua raça, sua orientação sexual, sua identidade de gênero, pela portabilidade de deficiências e por suas religiões. É responsabilidade da administração da USP garantir espaços seguros, promovendo debates, inclusões, acolhimento às vítimas e, se for necessário, punições aos infratores. É preciso que reitores, pró-reitores/as, diretores/as de unidades, chefias de departamento e outros se juntem às VOZES QUE NÃO CALAM CONTRA O ASSÉDIO NA USP. É necessário e urgente construir cartilhas de letramento contra os assédios que apontem as leis que asseguram o direito de reparação às vítimas e os fluxos institucionais para garantia da apuração das situações.

Também buscamos formas de valorização das carreiras das docentes e funcionárias que considerem a marcante disparidade de gênero na composição das diversas instâncias decisórias que, conseqüentemente, reflete-se na distribuição de cargos nos níveis mais elevados das carreiras. No caso das docentes, é necessário que haja políticas de inclusão em todos os espaços decisórios, pois não somos nem 40% da população docente, e ocupamos apenas 30% dos cargos titulares. Revela-se que há na universidade uma disparidade cruel no número de cargos ocupados por homens e mulheres, e deve-se estimular que se mude esta realidade.

É preciso também debater a questão da parentalidade e as ações concretas a que a universidade deve aderir para que seu espaço seja acessível às funcionárias, docentes e discentes que são mães. Isso inclui acesso à creche, uma atenção redobrada às mães que têm especificidades que interferem no cuidado de seus filhos, a extensão dos direitos de afastamento para os pais e responsáveis e auxílios para mães pesquisadoras poderem se manter na universidade – a exemplo do PAE Mães.

Não se trata de pensar as mulheres como iguais, mas de pensá-las em suas diferenças e em sua equidade. Isso requer atenção à interseccionalidade das práticas, nas quais se articulam preconceitos racistas, homofóbicos, transfóbicos, sexistas, de gênero, etaristas e de intolerância religiosa, que atravessam nosso cotidiano, nos sobrecarregando com atividades de suporte e cuidado emergencial, que adentram nossos finais de semana e feriados.

Políticas de inclusão e de enfrentamento das violências objetivam uma melhor qualidade de vida à toda a comunidade uspiana porque a diminuição das desigualdades e um ambiente mais equânime beneficia a todos. É nesse sentido que este manifesto cobra atenção redobrada e urgente para nossas necessidades e particularidades, o que, em nosso entender, só será possível com a construção coletiva de uma política institucional efetiva, capaz de transformar uma realidade ainda marcada por violência, injustiça e indiferença.